

Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação

17^a Legislatura

Parecer Projeto de Lei nº295/2022

Mensagem n°199/2022

APROVADO VOTAÇÃO ÚNICA DATA:

PRESIDENTE

Origem: Poder Executivo

Autor: Prefeito Municipal – André Pinto de Afonseca

Ementa: "Dispõe sobre a criação da Cidade do Esporte - Complexo Desportivo do

Município de Miguel Pereira e dá outras providências".

Comissão de Justiça e Redação

Presidente: Vitor Batista Ralha de Afonseca

Vice-presidente: Mario Luís Pedroso das Neves

Membro: Mauro Celso Pereira dos Santos

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avocou relatoria à sua própria consideração, escudando-se no §2º, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

I - Da exposição da matéria em exame:

O presente projeto tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a implementar a construção da Cidade do Esporte - Complexo Desportivo do Município de Miguel Pereira, que abrigará várias modalidades esportivas com a finalidade de promover o desenvolvimento do esporte no âmbito municipal.

II - Da conclusão do Relator:

A matéria em comento é de relevante interesse público, uma vez que busca estimular a detecção de talentos e a formação de atletas no município, além disso, a prática de esportes propicia uma maior qualidade de vida, auxilia no processo de inclusão social, fomenta a convivência e ajuda a promover a educação.

Certo é que, o esporte encontra-se fortemente inserido na sociedade, sendo considerado como um fenômeno sociocultural e entendido como um direito social, conforme observa-se no art.

Página 1 de 2



Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação

17^a Legislatura

217 da Constituição Federal quando diz que "é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um".

A construção de um complexo desportivo com diversas modalidades de esportes, ajudará os munípices na construção dos valores e na sua relação com a sociedade. O esporte disciplina.

Assim sendo, a matéria se mostra legal e constitucional, não possuindo vício de iniciativa.

Nesse sentido, esse Relator pugna pela tramitação.

É como vota o Relator.

III - Da decisão da Comissão:

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Regimental, Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação DECIDE:

• Pela tramitação da matéria.

É o parecer.	
Câmara Municipal de Miguel Pereira,	de de 2022.
Vitor Batista Ralha de Afonseca	Mário Luis Pedroso das Neves
Presidente/Relator	Vice-Presidente
Mauro Celso Pereira de	os Santos
Membro	